

26130

OJ. 1591 - Projeto

154
m



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

R. Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (044) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

CNPJ. 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@camaracm.com.br

www.camaracm.com.br

Bancada do PPS

REQUERIMENTO

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO 121

Protocolo Nº 1345/2004
Campo Mourão, 06/10/04 Horas 16:51

FAVORÁVEL A TRAMITAÇÃO
PROTOCOLISTA

15/10/2004

Luiz C. Kehl
2º Vice-Presidente

APROVADO POR	UNANIMIDADE + MAIORIA
Sala das sessões	<u>18/10/04</u>
PRESIDENTE	

O Vereador que a presente subscreve, no uso das atribuições conferida pelo Regimento Interno, **REQUER** à Mesa, que seja remetido expediente ao **Senhor Prefeito TAUILLO TEZELLI**, solicitando informações sobre a possibilidade de através da Secretaria do Planejamento, **TORNAR OBRIGATÓRIO A UTILIZAÇÃO DE LÂMPADAS DE VAPOR-DE-SÓDIO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, EM NOVOS LOTEAMENTOS.**

A INSTALAÇÃO OBRIGATÓRIA DEVERÁ CONSTAR NOS PROJETOS DE ELETRIFICAÇÃO A SEREM APROVADO PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade reduzir o custo que a Administração Pública Municipal tem com a iluminação pública. Com a utilização de lâmpadas a vapor-de-sódio a economia é de aproximadamente 15% do valor da conta de iluminação e a vida útil das lâmpadas é de cerca de 40% a mais em comparação com as lâmpadas a vapor de mercúrio.

Além que as lâmpadas a vapor de sódio projetam mais claridade e conseqüentemente proporciona mais segurança a população.

Colocar em prática tal requerimento e cobrar dos loteadores a sua execução, facilitará no futuro à substituição total das lâmpadas no município.

Nestes Termos
Pede Deferimento

SALA DAS SESSÕES, em 07 de outubro de 2004.

IZAEL SKOWRONSKI

IS/NZM

155
m

A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIFICA:

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 011/93 -

SOBRE A MATÉRIA:

(X) não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.

() existe o registro de súmula por outro Vereador, em anexo.

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:

() Não

() Sim, Conforme anexo

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

(X) não há qualquer óbice.

() a proposição é idêntica a outra (anexo) () Já aprovada (167, I, a RI)

() Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)

() Já transformado em diploma legal (167, I, C)

() a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

() Trata-se de Indicação e/ ou requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado (artigo 167, inciso VI) conforme documento anexo.

- QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO.

(X) não há qualquer óbice.

() a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos.

() a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação - nº

(em anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "d", do R.I.

() a proposição tem conteúdo que foi objeto de Indicação ou Requerimento aprovados nos últimos 6 (seis) meses (cópia anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "e", do R.I.

() a proposição refere-se a objetivo/meta não incluído no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes – art. 128, § 2º, do R.I.

Campo Mourão, 14 de outubro de 2004.

Dione Clei Valério da Silva
Chefe da Divisão Legislativa



PODER LEGISLATIVO DE CAMPOMOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-1

e-mail: legislativo@start.com.br

www.camaracm.com.br

Assessoria Jurídica

156
m

PARECER PRELIMINAR: DATA DO RECEBIMENTO PARA PARECER:

() Indicação nº	_____ /2004	() Projeto de Lei nº	_____ /2004
() Indicação Legislativa nº	_____ /2004	() Projeto de Resolução	_____ /2004
<input checked="" type="checkbox"/> Requerimento	<u>1395</u> /2004	() Emenda à L.O.M. nº	_____ /2004
() Outros	_____ /2004	() Moção nº	_____ /2004

AUTOR (ES):

OCORRÊNCIAS:

- ☒ Preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade.
- () Verificação de Prejudicialidade.
- () Vício de competência da matéria. Competência do (a).....
- () Vício de origem. Competência privativa do (a).....
- () Inconstitucional por ferir:.....
- () Inorgânico por ferir:.....
- () Illegal por ferir:.....
- () Possível corrigir ilegalidade/inconstitucionalidade através de emendas.....
- () Necessário corrigir nos seguintes pontos:.....
-
- () Necessário estudo aprofundado pela Assessoria Jurídica.
- () Parecer Jurídico em anexo.
- () Diligências necessárias ou sugeridas:.....
-
- () A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art.da LDO.
- () A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art.do PPA.

Parecer prolatado em 14 / 10 /2004.

- ☒ favorável à tramitação.
- () favorável à tramitação com emendas.
- () Pela apresentação de substitutivo
- () Contrário à tramitação
- () Emendas em anexo.
- () Substitutivo em anexo.
- () Diligências.


GIOVANE JOSÉ MARTINS
Assessor Jurídico - OAB/PR 31.312